

Dívida antiga assusta governo

Rúbia

Cerca de 92 pessoas e empresas portadoras de apólices ganham causa que determina ao Governo pagamento de R\$ 214 milhões

Paulo Silva Pinto
Da equipe do **Correio**

A construção da ferrovia Madeira-Mamoré durou sete anos e custou a vida de seis mil operários. Agora, 87 anos depois de a obra ser abandonada (inconclusa), está chegando uma outra fatura, de R\$ 214 milhões. É quanto o governo terá que tirar do cofre para honrar Apólices da Dívida Pública emitidas no início do século, em sua maior parte para financiar a tentativa de assentar trilhos perto do rio Madeira, onde hoje é o estado de Rondônia.

A determinação ao governo de entregar dinheiro em troca de papéis amarelados partiu do juiz federal Carlos Humberto de Sousa, de Goiás. Sua sentença, do dia 28 de abril, foi publicada na última quinta-feira no *Diário de Justiça*. Não é irreversível: juízes de nível hierárquico mais alto podem resolver o contrário. Mas é a primeira vez que se toma uma decisão tão forte assim.

Até agora, os donos de apólices conseguiam liminares, decisões judiciais provisórias que acabaram sendo cassadas graças aos advogados do governo. No final do ano passado, um advogado de São Paulo conseguiu uma sentença que obriga a União a aceitar algumas apólices para a quitação de dívidas e nos leilões de privatização. A sentença de Goiás, porém, é mais clara. Manda o Erário pagar o valor que está escrito no papel, corrigido pela inflação e com juros de 5% ao ano. Determina também que o papel seja aceito no pagamento de qualquer dívida, inclusive com a Previdência.

O advogado goiano Habib Tamer Badião, 48 anos, um dos autores da ação, não está com pena do contribuinte. "Como emitem um papel e não reconhecem? Têm que pagar, se não é calote", diz ele. Badião tem em suas mãos R\$ 14 milhões em apólices. Monarquista, deleita-se de modo especial com a cobrança do que lhe é devido. "Desde o início, a República tratou de modo irresponsável o dinheiro público", acusa o advogado, que foi síndico da massa falida da Encol, mas desistiu do cargo por razões médicas.

Os portadores de apólices que venceram a causa com Badião são 92 pessoas e empresas. Inclui desde firmas grandes, como a concessionária GM Jorlan e a Govesa, até a uma escola chamada Pinguinho de Gente. Esse grupo tem apólices emitidas em 1902, 1910, 1926 e 1934 — esse último lote não financiou a fer-

rovia Madeira-Mamoré, serviu para cobrir prejuízos com uma geadá que arrasou cafezais em São Paulo.

Segundo Habib Badião, uma parte das pessoas do grupo convenceu-se só no ano passado que poderiam conseguir algum dinheiro com as velhas apólices. "Uma delas usou esses papéis como decoração de uma lanchonete no Rio. Quando viu que valiam dinheiro tirou de lá. Até hoje as apólices estão com marca de cola no verso", conta Habib Badião. De fato, uma apólice diz pouco sobre seu valor. Está marcado ali um conto de réis. Segundo cálculos da Fundação Getúlio Vargas, usados na ação judicial, isso significa R\$ 333 mil hoje.

Mas Badião e alguns outros membros do grupo não estão dispostos a esperar os recursos judiciais da União e cumprir todos os percalços burocráticos até colocar a mão no dinheiro integralmente. A opção que parece mais interessante ao advogado é vender os títulos à vista no mercado secundário.

PAPÉIS ANTIGOS

Para isso, é necessário abrir mão de grande parte do valor. Uma corretora de São Paulo, a Première, está autorizada a fazer o comércio com papéis antigos. Paga 20% sobre o valor de face. Pode parecer pouco, mas com a sentença da Justiça Federal houve valorização de 300%: na véspera, o papel era comprado por 5% do valor de face conta Armando Ricciuti, 41 anos, presi-

dente da Première. O deságio de 80% corresponde ao tamanho da espera e o risco de que tudo vire pó.

É o que a procuradoria da Fazenda está empenhada em fazer. O argumento dos advogados do governo é que os donos dos papéis foram chamados, por meio de anúncios em jornais de todo o mundo nos anos 60, e não apareceram. Os portadores de ações dizem que não há prova disso.

A queda de braço deverá durar algum tempo, com o valor das velhas apólices atingindo altos e baixos. Enquanto isso, o governo corre risco de encarar um prejuízo cada vez maior, porque cada vitória, mesmo provisória, pode despertar várias pessoas com papéis em casa. Segundo Habib Badião, até 1940 foram emitidas 500 mil apólices que o governo insiste em não reconhecer. Boa parte disso perdeu-se com o tempo. Mas se tudo que foi impresso aparecesse de repente e tivesse que ser pago pelo valor que o juiz Sousa determinou, o Erário teria prejuízo de R\$ 166 bilhões.

"DESDE O INÍCIO, A REPÚBLICA TRATOU DE MODO IRRESPONSÁVEL O DINHEIRO PÚBLICO"

Habib Tamer Badião,
advogado